

## **PREGÃO ELETRÔNICO**

90004/2026

## **CONTRATANTE (UASG)**

158199

## **OBJETO**

AQUISIÇÃO DE TRATOR E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS

## **VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO**

R\$ R\$ 376.000,00

## **DATA DA SESSÃO PÚBLICA**

DIA 16/06/2026 ÀS 09:00H (HORÁRIO DE BRASÍLIA)

## **CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

MENOR PREÇO GLOBAL

## **MODO DE DISPUTA**

ABERTO

## **TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS**

NÃO

## **MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM**

NÃO



Baixe o APP Compras.gov.br  
e apresente sua proposta!

## SUMÁRIO

1. DO OBJETO.....	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO .....	4
3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO .....	7
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO ...	7
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	11
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .....	13
7. DA FASE DE JULGAMENTO .....	21
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	26
9. DO TERMO DE CONTRATO .....	30
10. DOS RECURSOS .....	32
11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES .....	33
12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO .....	37
13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	38



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE**  
PLANEJAMENTO - CSTR

Avenida Universitária, S/N, Cx Postal 61 - Bairro Santa Cecília, Patos/PB, CEP 58708-110

Telefone: (83) 3511-3000 Ramal 3061 Site: <http://www.cstr.ufcg.edu.br> - E-mail:

[cpl@cstr.ufcg.edu.br](mailto:cpl@cstr.ufcg.edu.br)

**EDITAL**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº90004/2026

(Processo Administrativo nº 23096.028979/2026-10)

Torna-se público que o CENTRO DE SAÚDE E TECNOLOGIA RURAL, por meio da COODENAÇÃO DE LICITAÇÕES, sediado(a) Avenida Universitária, S/N, Cx Postal 61 - Bairro Santa Cecília, Patos/PB, CEP 58708-110 Telefone: (83) 3511-3000, realizará licitação, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é a **aquisição de trator e implementos agrícolas**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e

seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em GRUPO ÚNICO, formado por 5 (cinco) itens, conforme tabela constante no Termo de Referência/Projeto Básico, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

1.3. O licitante deverá ofertar lance pelo valor unitário do item.

1.4. Para efeitos de classificação final, vence o MENOR VALOR GLOBAL DO GRUPO.

## **2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

2.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2 sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.6.3 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.6.4 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.5 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.7 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.8 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do

cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.8. O impedimento de que trata o item 2.6.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.4 e 2.6.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.11. O disposto nos itens 2.6.4 e 2.6.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

2.13. A vedação de que trata o item 2.7 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### **3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO**

3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.12.2 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

4.7. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

4.7.1 A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

4.8. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.8.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.8.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.9. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.9.1 de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.9.2 que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.9.3 de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei



Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.9.4 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.9.5 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.9.6 constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.9.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.9.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.9.9 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.9.10 constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.9.11 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.10. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

4.11. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4, 4.8 ou 4.10 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.12. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de

habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.13. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.14. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.15. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.15.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.15.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.16. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.16.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.16.2 percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.17. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.15 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.18. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/2026  
da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.19. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1 valor unitário e total do ITEM: são 5 (cinco) itens que deverão receber propostas individuais. Esses itens compõem o GRUPO ÚNICO;

5.1.2 marca do item;

5.1.3 fabricante do item;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

~~5.5.1 No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.~~ (SUPRESSÃO)

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.10. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

5.11. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

5.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5.13. ~~Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO. (SUPRESSÃO)~~

~~5.14. Os custos mínimos relevantes e demais informações referentes aos benefícios trabalhistas encontram-se definidos no Termo de Referência. (SUPRESSÃO)~~

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (UM CENTAVO).

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os

6.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

6.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.12.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.12.2 Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.3 Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/2026  
percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

6.12.4 No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.12.5 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.13.1 Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 5º do artigo 25 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

6.13.2 Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.13.3 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.13.4 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.13.5 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances

conforme a ordem final de classificação.

6.13.6 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.13.7 Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensão e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.20. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.20.1 Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/2026  
pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

6.20.2 Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

6.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.21.1 Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015).

6.21.2 O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

6.21.3 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.21.4 A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.21.5 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se

trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.21.6 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.21.7 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.23. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.23.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.23.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.23.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

6.23.4 declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

6.24. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.24.1 empresas brasileiras;

6.24.2 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.24.3 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.25. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.26. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.26.1 Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

6.26.2 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.26.3 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.26.4 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.26.5 O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.26.6 É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/2026  
estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.27. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **7. DA FASE DE JULGAMENTO**

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1 Sicaf;

7.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,

7.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

7.1.4 Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.2.1 A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

7.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.4.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.4.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.4.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

7.6.1 Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

7.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.8. ~~Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram utilizados os seguintes acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração: (SUPRESSÃO)~~

7.8.1 ~~[indicar os acordos, dissídios ou convenções coletivas]; (SUPRESSÃO)~~

7.9. ~~Os acordos, dissídios ou convenções coletivas indicado(s) no subitem acima não é (são) de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada~~

~~licitante/contratado, obedecidos os custos mínimos relevantes fixados pela Administração.~~  
(SUPRESSÃO)

7.10. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.10.1 conter vícios insanáveis;

7.10.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

7.10.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.10.4 não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.10.5 não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

7.10.6 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.11. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.12. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

7.12.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.12.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.13. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.14. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/2026  
da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

~~7.14.1 Em se tratando de obras e serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato. (SUPRESSÃO)~~

~~7.14.2 Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual. (SUPRESSÃO)~~

7.14.3 Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

7.14.4 Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

7.14.5 Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

7.15. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.15.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.15.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.16. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.17. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

7.18. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.19. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.20. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.21. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.22. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## **8. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para



8.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a

declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.10.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.11.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.12. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

8.12.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.13. A verificação no SicaF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.13.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.13.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas, para:

8.14.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.14.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.14.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

8.14.4 suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim

sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.12.1.

8.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

8.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## **9. DO TERMO DE CONTRATO**

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

9.2. O adjudicatário terá o prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 3 (três) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 3 (três) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

9.4.1 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

9.4.2 a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

9.4.3 a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

9.5. Os prazos dos itens 9.2 e 9.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9.7.1 A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

~~9.8. Na contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, será exigida da empresa, como condição para assinatura do contrato, a comprovação de capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974. (SUPRESSÃO)~~

~~9.8.1 Caso se trate da contratação de serviços de vigilância ou transporte de valores com dedicação exclusiva de mão de obra, a empresa deverá comprovar, como condição para assinatura do contrato, que possui capital social mínimo integralizado de acordo com os valores estipulados no art. 14 da Lei nº 14.967/2024. (SUPRESSÃO)~~

## **10. DOS RECURSOS**

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de

habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico [cpl@cstr.ufcg.edu.br](mailto:cpl@cstr.ufcg.edu.br)

## **11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

11.1.2 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

11.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

11.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.4 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

11.1.6 fraudar a licitação;

11.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

11.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

11.1.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1 advertência;

11.2.2 multa;

11.2.3 impedimento de licitar e contratar e

11.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.3.2 as peculiaridades do caso concreto;

11.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

11.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da comunicação oficial.

11.4.1 Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

11.4.2 Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, a



multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

11.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

## **12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

12.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

### **13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/2026  
do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

13.11.1 Anexo I - Termo de Referência;

13.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

28 de maio de 2026



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

PLANEJAMENTO - CSTR

Avenida Universitária, S/N, Cx Postal 61 - Bairro Santa Cecília, Patos/PB, CEP 58708-110

Telefone: (83) 3511-3000 Ramal 3061

Site: <http://www.cstr.ufcg.edu.br> - E-mail: [cpl@cstr.ufcg.edu.br](mailto:cpl@cstr.ufcg.edu.br)

### MINUTA DO MODELO DE TERMO DE REFERÊNCIA

#### Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, AQUISIÇÕES, EXCETO TIC, LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO DIRETA

(Processo Administrativo nº 23096.028979/2026-10)

#### 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de trator e implementos agrícolas, incluindo instalação, montagem e testes finais, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Grp.	It.	Qtde.	Und.	Descrição	Código	Valor Unitário	Valor Total
1	1	1	Unidade	<b>Trator</b> Tipo: Agrícola Potência: 70 CV Tipo Combustível: Diesel Tipo Motor: 3 Cilindros Tração: 4x4 Tipo Sistema: Hidráulico Da Transmissão: 40 Litros Tipo Uso: Agrícola Características Adicionais: Turbo Intercooler Com Reserva De Torque De 25% Capacidade Tanque Combustível: 115 L	637834	R\$ 225.000,00	R\$ 225.000,00

				<b>Complementação da referência do trator:</b> cabine plataformada; transmissão sincronizada 9x3; distância entre eixos de 2,05 metros; comprimento total de 4,08 metros; raio de giro com freios de 4,30 metros; direção hidrostática; embreagem eletro-hidráulica; conectividade com telemetria inclusa de fábrica; garantia de 3 anos ou 2.000 horas.			
	2	1	Unidade	<b>Carreta</b> Material Carroceria: Chapa Em Aço Capacidade: 5 T Tipo: Basculante Hidráulico Comprimento: 4,30 M Largura: 2,10 M Altura: 2,10 M Uso: Agrícola Características Adicionais: 01 Eixo, Peso 870 Kg Tipo Pneu: 7,50 X 16 Quantidade Pneu: 4 UN	638112	R\$ 35.000,00	R\$ 35.000,00
	3	1	Unidade	<b>Roçadeira Agrícola</b> Largura Corte: 1,50 M Altura Corte: 5 A 20 CM Características Adicionais: Roda De Apoio Ferro Tipo Transmissão: Com Cardã Quantidade Facas: 2 UN Comprimento: 2.500 M Peso: 460 KG <b>Complementação da referência da Roçadeira Agrícola:</b> largura total de 2,0 metros.	637862	R\$ 18.000,00	R\$ 18.000,00
	4	1	Unidade	<b>Plaina agrícola:</b> Aplicação: Trator De 70 Cv. Características Adicionais: Lâmina 2200 X 400 Mm, Autonivelante E Regulável	451005	R\$ 55.000,00	R\$ 55.000,00

				<b>Complementação da referência da Roçadeira Agrícola:</b> conjunto com concha agrícola; sistema dianteiro articulado; capacidade de carga de 1500 kg; altura de elevação de 3,80 metros; peso aproximado de 470 kg; largura da concha de 2,00 metros; volume da concha de 515 litros: <b>um braço hidráulico (que será acoplado ao trator) e pode receber a plaina e a concha, que são acopladas ao braço agrícola individualmente: <u>kit</u>, com a seguinte composição: <u>1 conjunto de braço hidráulico + 1 plaina agrícola + 1 concha.</u></b>			
	5	1	Unidade	<b>Grade Aradora</b> Tipo Engate: De Arrasto Largura Arada: 1.550 A 1.850 MM Profundidade Sulco: 100 A 180 MM Sistema Transporte: Rodas/Acionadas Pistão Hidráulico Quantidade Disco: 14 Características Adicionais: Controle Remoto Potência Mínima Requerida Trator: 70 HP Espaçamento: 230 MM. <b>Complementação da referência da Grade Niveladora:</b> espessura dos discos de 6 mm.	637863	R\$ 43.000,00	R\$ 43.000,00
<b>VALOR GLOBAL DO GRUPO</b>							<b>R\$ 376.000,00</b>

**1.2. A licitação será por grupo (GRUPO ÚNICO) com lances em itens individuais, em que é permitida a disputa com foco no valor total do grupo, mas os lances são dados e avaliados internamente item a item. As licitantes devem cadastrar a proposta de**

**preço em cada item individualmente e o lance no grupo será a soma total das propostas individuais (INCLUSÃO);**

**1.3. O vencedor da disputa será aquele licitante que ofertar o MENOR VALOR GLOBAL DO GRUPO (INCLUSÃO);**

1.4. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.5. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses, contados do(a) emissão da nota de empenho ou outro instrumento legalmente permitido que a substitua, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.6. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **Sustentabilidade**

**4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis: O principal impacto a ser analisado é a utilização do diesel como combustível no trator. Dessa forma, com objetivo de reduzir os impactos ambientais, orienta-se que a empresa vencedora, no que couber, se**



comprometa em adquirir veículos para seus estoques futuros, observando resoluções, como RESOLUÇÃO No 433, DE 13 DE JULHO DE 2011 Publicada no DOU nº 134, de 14/07/2011, pág. 69, que dispõe sobre a inclusão no Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores PROCONVE e estabelece limites máximos de emissão de ruídos para máquinas agrícolas e rodoviárias novas. (INCLUSÃO)

### **Subcontratação**

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

### **Garantia da contratação**

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **Condições de Entrega**

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias corridos, contados do(a) emissão da nota de empenho, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 3 (três) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço disponível no cabeçalho desde Termo de Referência.

### **Garantia, manutenção e assistência técnica**

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.5. A garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal anterior, será aquela fornecida pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.6. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

5.7. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.8. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.9. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.10. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.11. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até **30** (trinta) dias corridos, já incluído nesse prazo o tempo necessário para eventual retirada e devolução do bem, a cargo do Contratado.

5.12. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.13. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização

em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.14. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.15. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.16. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do

plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

## **Fiscalização**

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

## **Fiscalização Técnica**

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

## **Fiscalização Administrativa**

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

### **Gestor do Contrato**

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores

objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4 Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,05% (cinco centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 2 (dois) dias

7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.4.2.1 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 3% (três por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 0,01% (um centésimo por cento) a 1% (um por cento) do valor da contratação;

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.



7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2 as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **Recebimento**

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

## **Liquidação**

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1 o prazo de validade;

8.12.2 a data da emissão;

8.12.3 os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4 o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5 o valor a pagar; e

8.12.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Cessão de Crédito**

8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.27.1 A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27.2 Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27.3 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.27.4 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

### **Reajuste**

8.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 28/05/2026.

8.30. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.31. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.32. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.33. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.34. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.35. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.36. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

## **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

## **Forma de fornecimento**

9.2. O fornecimento do objeto será integral.

## **Exigências de habilitação**

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

## **Habilitação jurídica**

9.4. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;



9.9. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

9.21. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.22. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.23. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.24. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo 1% do valor total estimado da parcela pertinente.

9.25. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.26. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.27. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.28. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

### **Qualificação Técnica**

9.29. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.29.1 Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.

9.29.2 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.29.3 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

### **Disposições gerais sobre habilitação**

9.30. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.31. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.32. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.33. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.34. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

## **10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de **R\$ 376.000,00 (TREZENTOS E SETENTA E SEIS MIL REAIS)**, conforme custos unitários apostos no quadro 1.1 acima.

## **11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## **12. DISPOSIÇÕES FINAIS**

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

28 de maio de 2026

---

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

João Nilton Lopes de Sousa, SIAPE: 2975578, Direção do Centro de Saúde e Tecnologia Rural (CSTR/UFCG)

José Nerivaldo de Araújo Wanderley, SIAPE: 1115108, Fazenda Nupeárido;

Jorge Soares Pinto, SIAPE nº 1903258, Coordenação de Planejamento.

## CENTRO DE SAÚDE E TECNOLOGIA RURAL

# Estudo Técnico Preliminar 3/2026

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 23096.028979/2026-10

## 2. Descrição da necessidade

Aquisição de Conjunto mecanizado agrícola composto por: Trator Agrícola; Carreta Basculante; Roçadeira Agrícola; Plaina Agrícola e Grade Niveladora.

Solicita-se que a presente aquisição seja realizada mediante o agrupamento dos itens (trator e implementos) em lote único (grupo), em razão da interdependência funcional entre os equipamentos. Os implementos agrícolas demandam compatibilidade direta com as especificações técnicas do trator, especialmente no que se refere à potência, vazão do sistema hidráulico e categoria de engate, sendo tais requisitos indispensáveis ao adequado funcionamento do conjunto.

O agrupamento proposto visa assegurar a plena compatibilidade técnica entre os equipamentos, bem como otimizar a logística de entrega e operacionalização do conjunto mecanizado. Ademais, busca-se garantir a unicidade da responsabilidade técnica e da garantia contratual, evitando eventuais conflitos entre fornecedores distintos no que se refere a falhas de acoplamento, desempenho ou funcionamento integrado dos equipamentos.

Adicionalmente, estabelece-se que o fornecedor deverá realizar **Entrega Técnica Comprobatória**, nas dependências do Centro de Saúde e Tecnologia Rural (CSTR), contemplando a demonstração funcional do trator e de todos os implementos, incluindo o acoplamento, acionamento e verificação operacional do conjunto, como condição para o aceite definitivo do objeto contratado.

A Fazenda Experimental onde funciona o Núcleo de Pesquisa para o Desenvolvimento do Trópico Semiárido (NUPEÁRIDO) integra a estrutura do Centro de Saúde e Tecnologia Rural (CSTR), da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), possuindo área total de aproximadamente 125 hectares, dos quais cerca de 70 hectares são destinados à reserva florestal. A área remanescente abriga setores produtivos e acadêmicos, tais como Bovinocultura, Caprino-Ovinocultura, Avicultura, Fábrica de Ração, além de ambientes destinados ao ensino, pesquisa e extensão.

Nessas unidades são desenvolvidas atividades práticas e experimentais essenciais à formação acadêmica dos discentes dos cursos de graduação em Medicina Veterinária, Engenharia Florestal e Ciências Biológicas, bem como dos programas de pós-graduação em Ciência e Saúde Animal, Ciências Florestais e Ciência Animal. Tais atividades demandam infraestrutura adequada para manejo zootécnico, produção de alimentos, manutenção de áreas produtivas e suporte logístico às ações de ensino e pesquisa.

Para o pleno funcionamento dessas atividades, faz-se necessária a disponibilidade de equipamentos mecanizados capazes de atender às demandas operacionais do NUPEÁRIDO. Destaca-se que grande parte dessas atividades depende diretamente da utilização de trator agrícola acoplado a implementos específicos.

Atualmente, o trator disponível na unidade possui mais de 30 anos de uso, encontra-se inoperante e tecnicamente obsoleto, não apresentando viabilidade econômica para recuperação, além de não possuir compatibilidade com os implementos modernos necessários às atividades desenvolvidas. Tal situação compromete significativamente a execução das atividades acadêmicas, produtivas e de manutenção da fazenda experimental.

Nesse contexto, a aquisição de conjunto mecanizado agrícola mostra-se indispensável, sendo o trator responsável pela geração de força motriz e os implementos associados essenciais às seguintes atividades: transporte de materiais (carreta basculante), movimentação de cargas pesadas (guincho agrícola), manejo e limpeza de áreas (roçadeira agrícola), manutenção de vias internas (plaina agrícola), preparo do solo (grade niveladora) e produção de alimento para os rebanhos, especialmente silagem (máquina picadeira ensiladeira).

A presente contratação encontra-se alinhada ao Planejamento Estratégico Institucional da UFCG, contribuindo para a melhoria da eficiência operacional da unidade. Ademais, beneficiará diretamente mais de 1.000 discentes de graduação e pós-graduação que utilizam o NUPEÁRIDO como espaço de formação prática e desenvolvimento científico, fortalecendo a qualificação profissional, a capacitação técnica e a produção de conhecimento.

Dessa forma, a aquisição proposta é necessária para garantir a continuidade, qualidade e expansão das atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas no âmbito do CSTR/UFCG.

### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Direção do Centro de Saúde e Tecnologia Rural (CSTR/UFCG)	João Nilton Lopes de Sousa

### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Além das características técnicas apresentadas neste ETP, os itens devem ter compatibilidades, ou seja, os complementos que serão utilizados pelo trator devem ser do mesmo modelo para que não haja problemas no uso e funcionamento adequados.

Não há indicação de marcas ou modelos, bastando aos fornecedores ciência de que devem possuir os complementos do mesmo modelo do trator. Por exemplo: O complemento "roçadeira agrícola" deve ter capacidade de 5 toneladas. Caso seja ofertado uma roçadeira com capacidade menor que a indicado neste ETP, a Administração estaria subutilizando a capacidade do trato. Também, ofertado uma roçadeira com capacidade acima de 5 toneladas, a Administração estaria sobrecarregando o trator no uso normal da máquina. Neste sentido, reforça-se, os complementos devem ser compatíveis com o trator.

Somente a título ilustrativo, os complementos podem ser analisados nos anexos

deste ETP. A contratação possui os seguintes requisitos

1. Aquisição dos itens com compatibilidades requeridas, conforme demanda institucional;
2. Fornecimento dos itens em grupo único, ou seja, o fornecedor deve possuir todos os itens para entrega;
3. Entrega no Centro de Saúde e Tecnologia Rural;
4. Entrega técnica para comprovação das compatibilidades exigidas, sendo acompanhada pelos demandantes e pelo fornecedor ou seu representante;

A contratação deve observar as características técnicas dos itens, apresentadas a seguir, para o perfeito funcionamento do conjunto (**LOTE ÚNICO**).

**O trator (item 1):** Potência: 70 CV Tipo Combustível: Diesel Tipo Motor: 3 Cilindros Tração: 4x4 Tipo Sistema: Hidráulico Da Transmissão: 40 Litros Tipo Uso: Agrícola Características Adicionais: Turbo Intercooler Com Reserva De Torque De 25% Capacidade Tanque Combustível: 115

L. Complementação da referência do trator: cabine plataforma; transmissão sincronizada 9x3; distância entre eixos de 2,05 metros; comprimento total de 4,08 metros; raio de giro com freios de 4,30 metros; direção hidrostática; embreagem eletro-hidráulica; conectividade com telemetria inclusa de fábrica; garantia de 3 anos ou 2.000 horas.

**A carreta (item 2):** Material Carroceria: Chapa Em Aço Capacidade: 5 T Tipo: Basculante Hidráulico Comprimento: 4,30 M Largura: 2,10 M Altura: 2,10 M Uso: Agrícola Características Adicionais: 01 Eixo, Peso 870 Kg Tipo Pneu: 7,50 X 16 Quantidade Pneu: 4 UN

**A Roçadeira Agrícola (item 3):** Largura Corte: 1,50 M Altura Corte: 5 A 20 CM Características Adicionais: Roda De Apoio Ferro Tipo Transmissão: Com Cardã Quantidade Facas: 2 UN Comprimento: 2.500 M Peso: 460 KG Complementação da referência da Roçadeira Agrícola: largura total de 2,0 metros.

**A Plaina agrícola (item4):** Aplicação: Trator De 70 Cv. Características Adicionais: Lâmina 2200 X 400 Mm, Autonivelante E Regulável. Complementação da referência da Roçadeira Agrícola: conjunto com concha agrícola; sistema dianteiro articulado; capacidade de carga de 1500 kg; altura de elevação de 3,80 metros; peso aproximado de 470 kg; largura da concha de 2,00 metros; volume da concha de 515 litros. Ao invés de adquirir um conjunto completo de braço hidráulico e plaina e um outro conjunto completo de braço hidráulico e concha, pretende-se adquirir apenas **um braço hidráulico (que será acoplado ao trator) e pode receber a plaina e a concha, que são acopladas ao braço agrícola individualmente**. Ou seja, quando precisar da plaina, acopla este implemento no braço hidráulico; quando precisar da concha, desacopla da plaina e acopla a concha. Assim, apenas um braço hidráulico seria suficiente, ao invés de dois. Os fabricantes e fornecedores de equipamentos agrícolas que comercializam esses implementos na forma de **kit**, com a seguinte composição: **1 conjunto de braço hidráulico + 1 plaina agrícola + 1 concha**.

**A Grade Aradora (item5):** Tipo Engate: De Arrasto Largura Arada: 1.550 A 1.850 MM Profundidade Sulco: 100 A 180 MM Sistema Transporte: Rodas/Acionadas Pistão Hidráulico Quantidade Disco: 14 Características Adicionais: Controle Remoto Potência Mínima Requerida Trator: 70 HP Espaçamento: 230 MM Complementação da referência da Grade Niveladora: espessura dos discos de 6 mm.

## 5. Justificativa

A presente Justificativa Técnica fundamenta a aquisição de sistema integrado de mecanização agrícola composto por: 01 Trator Agrícola (70 CV), 01 Carreta Basculante (5T), 01 Roçadeira Agrícola, 01 Plaina Agrícola e 01 Grade Niveladora, destinados ao atendimento das demandas operacionais, acadêmicas e produtivas do Centro de Saúde e Tecnologia Rural (CSTR) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). A demanda decorre da necessidade de substituição de maquinário com mais de 30 anos de uso, atualmente inoperante e tecnicamente obsoleto. A aquisição mostra-se essencial para a manutenção das atividades da Fazenda Experimental do CSTR, com área aproximada de 125 hectares, bem como para o suporte às atividades de ensino, pesquisa e extensão dos cursos de Medicina Veterinária, Engenharia Florestal e Ciências Biológicas, beneficiando diretamente mais de 1.000 discentes de graduação e pós-graduação.

## 6. Levantamento de Mercado

Conforme pesquisa de preços em anexo, o mercado de tratores e implementos, aparentemente, consegue suprir as necessidades de aquisição desses itens sem grandes problemas.

## 7. Descrição da solução como um todo

Aquisição de Conjunto mecanizado agrícola composto por: Trator Agrícola; Carreta Basculante; Roçadeira Agrícola; Plaina Agrícola e Grade Niveladora fornecidos em LOTE ÚNICO, uma vez que a compra separada dos implementos pode inviabilizar tecnicamente o funcionamento do conjunto. Modelos diferentes para os complementos pode subutilizar ou sobrecarregar o conjunto.

## 8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Conforme Documento de Formalização da Demanda (DFD) em anexo, os itens são:

**01 unidade: Trator:** Tipo: Agrícola Potência: 70 CV Tipo Combustível: Diesel Tipo Motor: 3 Cilindros Tração: 4x4 Tipo Sistema: Hidráulico Da Transmissão: 40 Litros Tipo Uso: Agrícola. Características Adicionais: Turbo Intercooler Com Reserva De Torque De 25% Capacidade Tanque Combustível: 115 L. Complementação da referência do trator: cabine plataformada; transmissão sincronizada 9x3; distância entre eixos de 2,05 metros; comprimento total de 4,08 metros; raio de giro com freios de 4,30 metros; direção hidrostática; embreagem eletro-hidráulica; conectividade com telemetria inclusa de fábrica; garantia de 3 anos ou 2.000 horas.

**01 unidade: Carreta:** Material Carroceria: Chapa Em Aço Capacidade: 5 T Tipo: Basculante Hidráulico Comprimento: 4,30 M Largura: 2,10 M Altura: 2,10 M Uso: Agrícola Características Adicionais: 01 Eixo, Peso 870 Kg Tipo Pneu: 7,50 X 16 Quantidade Pneu: 4 UN

**01 unidade: Roçadeira Agrícola:** Largura Corte: 1,50 M Altura Corte: 5 A 20 CM Características Adicionais: Roda De Apoio Ferro Tipo Transmissão: Com Cardã Quantidade Facas: 2 UN Comprimento: 2.500 M Peso: 460 KG Complementação da referência da Roçadeira Agrícola: largura total de 2,0 metros.

**01 unidade: Plaina agrícola:** Aplicação: Trator De 70 Cv. Características Adicionais: Lâmina 2200 X 400 Mm, Autonivelante E Regulável Complementação da referência da Roçadeira Agrícola: conjunto com concha agrícola; sistema dianteiro articulado; capacidade de carga de 1500 kg; altura de elevação de 3,80 metros; peso aproximado de 470 kg; largura da concha de 2,00 metros; volume da concha de 515 litros.

**01 unidade: Grade Aradora:** Tipo Engate: De Arrasto Largura Arada: 1.550 A 1.850 MM Profundidade Sulco: 100 A 180 MM Sistema Transporte: Rodas/Acionadas Pistão Hidráulico Quantidade Disco: 14 Características Adicionais: Controle Remoto Potência Mínima Requerida Trator: 70 HP Espaçamento: 230 MM Complementação da referência da Grade Niveladora: espessura dos discos de 6 mm.

## 9. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 376.000,00

Conforme anexo, a pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado na licitação para a aquisição de trator e complementos agrícolas apresentados neste documento levou em consideração os incisos I e o IV da INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 65, DE 7 DE JULHO DE 2021, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e



contratação de serviços em geral,

no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Conforme pesquisa, o mercado desses itens pode atender as necessidades da Instituição a um preço mediano de mercado. Os potenciais fornecedores foram consultados a respeito dos itens, conforme apresenta esta pesquisa, de modo a fomentar a competição entre eles, com impacto imediato no melhor uso dos recursos públicos, evitando desperdícios de recursos nas aquisições públicas. Memória de cálculo (Art.3º, inciso VII – IN SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021):- Média: corresponde à soma dos valores das amostras que compõem a pesquisa, dividida pelo número de amostras que compõem a pesquisa.- Mediana: medida de tendência central das amostras que compõem a pesquisa que corresponde ao valor central do conjunto de valores extraídos.- Desvio Padrão: É a raiz quadrada da variância de X ou também conhecido como a raiz quadrada do valor médio entre  $(X-\mu)^2$ , onde  $\mu$  representa a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa. Coeficiente de variação: É uma medida de dispersão calculada entre a divisão do desvio padrão e a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

## 10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Não há necessidade de parcelamento da solução em processos diferentes. Basta a descrição dos itens e o agrupamento em um único grupo. Esse agrupamento se justifica pela incompatibilidade possível entre os implementos e o trator se adquiridos com modelos diferentes, ou seja, os implementos que serão utilizados junto ao trator deverão ser dos mesmos modelos do trator. O fornecedor estará ciente de que se poderão participar se conseguirem entregar todos os implementos e o trator no mesmo modelo. Destaca-se que a Administração não está indicando o modelo ou a marca dos itens, basta apenas que eles sejam compatíveis uns com os outros no mesmo modelo.

## 11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há contratações Correlatas e/ou Interdependentes.

## 12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Por se tratar da imprevisibilidade do sucesso de se conseguir uma Emenda Parlamentar, a aquisição não foi cadastrada no PAC 2026. Ainda assim, A presente contratação encontra-se alinhada ao Planejamento Estratégico Institucional da UFCG, contribuindo para a melhoria da eficiência operacional da unidade. Ademais, beneficiará diretamente mais de 1.000 discentes de graduação e pós-graduação que utilizam o NUPEÁRIDO como espaço de formação prática e desenvolvimento científico, fortalecendo a qualificação profissional, a capacitação técnica e a produção de conhecimento.

## 13. Agrupamento dos itens

Nos termos da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto ao princípio do parcelamento, a Administração deve avaliar a viabilidade técnica e econômica da divisão do objeto. Todavia, a legislação admite o não parcelamento quando houver prejuízo à funcionalidade, padronização ou eficiência da contratação.

### 1. DO AGRUPAMENTO EM LOTE ÚNICO (Art. 40, § 3º, II)

Com fundamento no art. 40, § 3º, inciso II da Lei nº 14.133/2021, justifica-se o agrupamento dos itens em lote único (grupo), uma vez que o objeto constitui um sistema mecanizado único e integrado, cuja viabilidade operacional depende diretamente da compatibilidade técnica entre o trator e os implementos.

A operação dos implementos agrícolas está condicionada a parâmetros técnicos específicos do trator, tais como:

- potência do motor
- torque disponível
- capacidade e vazão do sistema hidráulico
- potência na tomada de potência (TDP)
- categoria do sistema de engate de três pontos

A fragmentação da contratação, com fornecimento por empresas distintas, eleva significativamente o risco de incompatibilidade técnica, podendo resultar em:

- falhas no acoplamento mecânico
- incompatibilidade entre sistemas hidráulicos
- desempenho inadequado dos implementos

- necessidade de adaptações técnicas não previstas
- redução da vida útil dos equipamentos
- inviabilização parcial ou total do uso do conjunto

Adicionalmente, o parcelamento fragmentaria a responsabilidade pela garantia e assistência técnica, dificultando a identificação de responsabilidades em caso de falhas, com risco de conflitos entre fornecedores distintos.

O agrupamento em lote único assegura que um único fornecedor seja responsável pela compatibilidade integral do sistema, garantindo maior segurança jurídica, eficiência operacional e proteção ao erário contra a aquisição de equipamentos incompatíveis.

## 2. PADRONIZAÇÃO, EFICIÊNCIA E RESPONSABILIDADE TÉCNICA

A contratação integrada proporciona:

- padronização tecnológica dos equipamentos
- melhor integração funcional do conjunto mecanizado
- maior confiabilidade operacional
- simplificação da gestão contratual

Além disso, assegura a unicidade da responsabilidade técnica, abrangendo:

- fornecimento
- garantia
- assistência técnica
- desempenho do conjunto

Tal medida evita a ocorrência de disputas técnicas entre fornecedores, comuns em contratações fragmentadas, e assegura maior celeridade na resolução de eventuais problemas.

## 3. DA PROVA DE CONCEITO / ENTREGA TÉCNICA COMPROBATÓRIA (Art. 17, § 3º e Art. 41, II)

Com fulcro no art. 17, § 3º e no art. 41, inciso II da Lei nº 14.133/2021, a Administração estabelece como condição de julgamento a realização de Prova de Conceito, denominada neste certame como Entrega Técnica Comprobatória da instalação dos implementos no trator.

Nos termos do parágrafo único do art. 41, tal exigência recairá sobre o licitante vencedor, que deverá realizar, nas dependências do CSTR/UFCG:

- demonstração funcional completa do conjunto mecanizado
- acoplamento físico de todos os implementos ao trator
- verificação da compatibilidade mecânica e hidráulica
- simulação de operação dos

equipamentos A finalidade da exigência é:

- comprovar a aderência integral às especificações do Termo de Referência;
- verificar a compatibilidade dos sistemas hidráulicos (carreta e grade) e mecânicos (roçadeira e plaina) com o trator fornecido;
- assegurar a funcionalidade do conjunto antes da homologação final;
- mitigar riscos de prejuízo ao erário decorrentes de falhas de desempenho ou incompatibilidade.

A adoção dessa medida reforça a necessidade do fornecimento por lote único, uma vez que a validação integrada do sistema torna-se inviável sob responsabilidade fragmentada.

## 4. EFICIÊNCIA ADMINISTRATIVA, LOGÍSTICA E ECONOMICIDADE

O agrupamento em lote único promove:

- redução de custos administrativos e operacionais
- simplificação do processo licitatório e da gestão contratual
- maior eficiência logística na entrega e implementação
- redução de riscos de retrabalho e ajustes técnicos

Sob a ótica da economicidade, a solução adotada evita custos futuros decorrentes de incompatibilidades, adaptações ou substituições de equipamentos, garantindo melhor aproveitamento dos recursos públicos ao longo do ciclo de vida do objeto.

## 5. COMPATIBILIDADE COM OS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A solução proposta está em consonância com os princípios estabelecidos na Lei nº 14.133/2021, especialmente:

- eficiência, ao assegurar o pleno funcionamento do sistema integrado;
- economicidade, ao evitar custos adicionais futuros;

- planejamento, ao estruturar a contratação de forma sistêmica;
- interesse público, ao garantir a continuidade das atividades institucionais do CSTR/UFCG.

## 6. CONCLUSÃO

A estratégia adotada, aquisição em lote único associada à realização de prova de conceito (Entrega Técnica Comprobatória do equipamento instalado), harmoniza os princípios da eficiência, economicidade e segurança jurídica.

A exigência de demonstração funcional do sistema integrado antes do recebimento definitivo resguarda a Administração contra a aquisição de equipamentos tecnicamente incompatíveis, assegurando a adequada execução do objeto contratado.

Dessa forma, conclui-se que o agrupamento em lote único é medida tecnicamente justificável, necessária e vantajosa, garantindo a continuidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas no âmbito do NUPEÁRIDO e do CSTR/UFCG, bem como a adequada aplicação dos recursos públicos.

A escolha por agrupar os itens passa, ainda, pela reflexão entre eficiência e proteção ao erário. A regra geral é a licitação por itens individuais, o que a Lei 14.133 de 2021 chama de divisão do objeto ou parcelamento da solução. Neste caminho, deve-se considerar, por exemplo, a viabilidade econômica, a vantajosidade e a perda de economia de escala. Ocorre que a aquisição dos itens tratados neste ETP impõe alguns limites quanto à compatibilidade dos complementos. Mesmo havendo vários modelos no mercado, há o risco de inviabilizar tecnicamente o conjunto da solução, ao adquirir complementos diferentes.

Para mitigar esses riscos, a Administração realizou ampla pesquisa de mercado dos elementos a serem adquiridos considerando os preços de mercado e a logística das entregas por parte dos fornecedores potenciais; justificativas quanto ao agrupamento dos itens com claro ganho de economia de escala condensados neste ETP.

Será adotado o critério de menor preço por grupo e como forma de instrumentalizar a prevenção, o edital da licitação será contemplar a possibilidade de desclassificação dos licitantes que não observarem os preços unitários dos itens do grupo, ou seja, no julgamento das propostas, ainda que por grupo, será observado o critério de aceitabilidade de preços unitários, devendo o licitante indicar o valor individual de cada item integrante do grupo, sob pena de desclassificação. Caso o valor unitário ofertado para qualquer item ultrapasse o preço máximo definido no quadro de itens, o licitante será desclassificado. Não basta o valor total do grupo ser o menor para fins de classificação, será preciso ainda que os preços unitários estejam iguais ou inferior aos preços definidos no edital.

O agrupamento dos itens em lote único se justifica, considerando os ganhos na economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos e a maior vantagem na contratação para a Administração. Ainda, o objeto a ser contratado configura sistema único e integrado (compatibilidade das características técnicas dos itens) com provável risco ao conjunto do objeto pretendido.

## 14. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Acredita-se que a disponibilidade dos itens proporcionará desenvolvimento de atividades práticas e experimentais essenciais à formação acadêmica dos discentes dos cursos de graduação em Medicina Veterinária, Engenharia Florestal e Ciências Biológicas, bem como dos programas de pós-graduação em Ciência e Saúde Animal, Ciências Florestais e Ciência Animal. Tais atividades demandam infraestrutura adequada para manejo zootécnico, produção de alimentos, manutenção de áreas produtivas e suporte logístico às ações de ensino e pesquisa.

## 15. Providências a serem Adotadas

Não há outra providência a ser adotada além das tratadas neste ETP.

## 16. Possíveis Impactos Ambientais

O principal impacto a ser analisado é a utilização do diesel como combustível no trator. Dessa forma, com objetivo de reduzir os impactos ambientais, orienta-se que a empresa vencedora, no que couber, se comprometa em adquirir veículos para seus estoques futuros, observando resoluções, como RESOLUÇÃO No 433, DE 13 DE JULHO DE 2011 Publicada no DOU nº 134, de 14/07/2011, pág. 69, que dispõe sobre a inclusão no Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores PROCONVE e estabelece limites máximos de emissão de ruídos para máquinas agrícolas e rodoviárias novas.

**Objeto:** Aquisição de conjunto mecanizado agrícola, composto por trator agrícola e implementos (carreta basculante, roçadeira agrícola, plaina agrícola, grade niveladora, dentre outros), destinados ao atendimento das demandas do Centro de Saúde e Tecnologia Rural (CSTR/UFCG).

## 1. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente Termo de Sustentabilidade estabelece diretrizes ambientais, econômicas e sociais aplicáveis à contratação, em conformidade com o art. 11, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, que dispõe sobre a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no âmbito das contratações públicas, bem como com a Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010.

## **2. EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E CONTROLE DE EMISSÕES**

O trator agrícola a ser adquirido deverá atender, no mínimo, aos padrões vigentes de controle de emissões atmosféricas aplicáveis à sua categoria (ex.: PROCONVE MAR-I ou superior), admitindo-se tecnologias equivalentes.

A adoção de tecnologias de motorização mais eficientes, incluindo sistemas de sobrealimentação (turbo intercooler), contribui para:

- maior eficiência na combustão
- redução do consumo de combustível
- diminuição da emissão de gases de efeito estufa

especialmente em substituição ao maquinário atualmente existente, tecnicamente obsoleto.

## **3. MONITORAMENTO, USO RACIONAL E OTIMIZAÇÃO DE RECURSOS**

Admite-se, quando disponível, a incorporação de sistemas de conectividade e telemetria integrada de fábrica, capazes de possibilitar:

- monitoramento do consumo de combustível
- controle do tempo de operação
- identificação de uso inadequado (ex.: marcha lenta prolongada)

Tais funcionalidades contribuem para o uso racional de recursos não renováveis, aumento da eficiência operacional e prolongamento da vida útil do equipamento.

## **4. CICLO DE VIDA, DURABILIDADE E REDUÇÃO DE RESÍDUOS**

A contratação prioriza equipamentos com elevada robustez e durabilidade, com vistas à redução da geração de resíduos sólidos e à otimização do ciclo de vida dos bens públicos.

Deverá ser observada garantia mínima de 12 (doze) meses, admitindo-se prazos superiores (como 3 anos ou 2.000 horas), incentivando a aquisição de equipamentos com maior confiabilidade e menor necessidade de manutenção corretiva.

A durabilidade dos implementos metálicos (carreta, grade e plaina) também constitui fator relevante para minimizar o descarte precoce e promover o uso sustentável dos recursos públicos.

## **5. CONSERVAÇÃO DO SOLO E DOS RECURSOS NATURAIS**

Os implementos agrícolas deverão possibilitar ajustes operacionais adequados (profundidade de corte, largura de trabalho, entre outros), de modo a favorecer práticas de manejo conservacionistas, tais como:

- prevenção da erosão do solo
- redução da compactação excessiva
- manutenção da cobertura vegetal

Tais medidas são especialmente relevantes considerando as condições edafoclimáticas do semiárido, onde se insere a Fazenda Experimental do CSTR, contribuindo para a preservação ambiental e a sustentabilidade das atividades agropecuárias.

## **6. LOGÍSTICA REVERSA E DESTINAÇÃO AMBIENTALMENTE ADEQUADA**

Sempre que aplicável, o fornecedor deverá observar práticas ambientalmente adequadas quanto ao descarte de resíduos decorrentes da manutenção dos equipamentos, incluindo lubrificantes, embalagens e componentes substituídos, em conformidade com a legislação vigente, especialmente a Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos).

Incentiva-se a adoção de sistemas de logística reversa, quando disponíveis, sem prejuízo da competitividade do certame.

## **7. EFICIÊNCIA ECONÔMICA E SUSTENTABILIDADE**

Os critérios de sustentabilidade aqui estabelecidos também contribuem para a redução de custos operacionais ao longo do ciclo de vida dos equipamentos, por meio de:

- menor consumo de combustível
- redução de falhas e manutenções corretivas
- aumento da vida útil dos bens

Dessa forma, a presente contratação alinha-se aos princípios da eficiência e da economicidade, promovendo o uso racional dos recursos públicos.

## CONCLUSÃO

A adoção dos critérios de sustentabilidade ora estabelecidos visa assegurar que a contratação atenda não apenas às necessidades operacionais da Administração, mas também aos princípios do desenvolvimento sustentável, da eficiência e da responsabilidade ambiental, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

## 17. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 17.1. Justificativa da Viabilidade

Observando as considerações deste ETP, é viável a aquisição.

## 18. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**JORGE SOARES PINTO**

Economista/Coordenador de Planejamento



*Assinou eletronicamente em 28/05/2026 às 09:47:26.*



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE**  
DIREÇÃO DE CENTRO-CSTR

Avenida Universitária, S/N, Cx Postal 61 - Bairro Bairro Santa Cecília, Patos/PB, CEP 58708-110  
Telefone: (83) 3511-3000  
Site: <http://www.cstr.ufcg.edu.br> - E-mail: [direcao.cstr.@setor.ufcg.edu.br](mailto:direcao.cstr.@setor.ufcg.edu.br)

**DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA**

**ANEXO II – IN MPGD Nº. 05/2017**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE	
Setor Requisitante (Unidade/Setor/Depto)	Direção do Centro de Saúde e Tecnologia Rural (CSTR/UFCG)
Demanda	<p>Aquisição de Conjunto mecanizado agrícola composto por: Trator Agrícola; Carreta Basculante; Roçadeira Agrícola; Plaina Agrícola e Grade Niveladora.</p> <p>Solicita-se que a presente aquisição seja realizada mediante o agrupamento dos itens (trator e implementos) em lote único (grupo), em razão da interdependência funcional entre os equipamentos. Os implementos agrícolas demandam compatibilidade direta com as especificações técnicas do trator, especialmente no que se refere à potência, vazão do sistema hidráulico e categoria de engate, sendo tais requisitos indispensáveis ao adequado funcionamento do conjunto.</p> <p>O agrupamento proposto visa assegurar a plena compatibilidade técnica entre os equipamentos, bem como otimizar a logística de entrega e operacionalização do conjunto mecanizado. Ademais, busca-se garantir a unicidade da responsabilidade técnica e da garantia contratual, evitando eventuais conflitos entre fornecedores distintos no que se refere a falhas de acoplamento, desempenho ou funcionamento integrado dos equipamentos.</p> <p>Adicionalmente, estabelece-se que o fornecedor deverá realizar <b>Entrega Técnica Comprobatória</b>, nas dependências do Centro de Saúde e Tecnologia Rural (CSTR), contemplando a demonstração funcional do trator e de todos os implementos, incluindo o acoplamento, acionamento e verificação operacional do conjunto, como condição para o aceite definitivo do objeto contratado.</p>
Responsável pela Demanda	João Nilton Lopes de Sousa
Matrícula/SIAPE	2975578
E-mail	<a href="mailto:joao.nilton@professor.ufcg.edu.br">joao.nilton@professor.ufcg.edu.br</a>
Telefone:	(83) 9 88046849
<b>1. Justificativa da necessidade da contratação de serviço terceirizado, considerando o Planejamento Estratégico, se for o caso.</b>	

A Fazenda Experimental onde funciona o Núcleo de Pesquisa para o Desenvolvimento do Trópico Semiárido (NUPEÁRIDO) integra a estrutura do Centro de Saúde e Tecnologia Rural (CSTR), da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), possuindo área total de aproximadamente 125 hectares, dos quais cerca de 70 hectares são destinados à reserva florestal. A área remanescente abriga setores produtivos e acadêmicos, tais como Bovinocultura, Caprino-Ovinocultura, Avicultura, Fábrica de Ração, além de ambientes destinados ao ensino, pesquisa e extensão.

Nessas unidades são desenvolvidas atividades práticas e experimentais essenciais à formação acadêmica dos discentes dos cursos de graduação em Medicina Veterinária, Engenharia Florestal e Ciências Biológicas, bem como dos programas de pós-graduação em Ciência e Saúde Animal, Ciências Florestais e Ciência Animal. Tais atividades demandam infraestrutura adequada para manejo zootécnico, produção de alimentos, manutenção de áreas produtivas e suporte logístico às ações de ensino e pesquisa.

Para o pleno funcionamento dessas atividades, faz-se necessária a disponibilidade de equipamentos mecanizados capazes de atender às demandas operacionais do NUPEÁRIDO. Destaca-se que grande parte dessas atividades depende diretamente da utilização de trator agrícola acoplado a implementos específicos.

Atualmente, o trator disponível na unidade possui mais de 30 anos de uso, encontra-se inoperante e tecnicamente obsoleto, não apresentando viabilidade econômica para recuperação, além de não possuir compatibilidade com os implementos modernos necessários às atividades desenvolvidas. Tal situação compromete significativamente a execução das atividades acadêmicas, produtivas e de manutenção da fazenda experimental.

Nesse contexto, a aquisição de conjunto mecanizado agrícola mostra-se indispensável, sendo o trator responsável pela geração de força motriz e os implementos associados essenciais às seguintes atividades: transporte de materiais (carreta basculante), movimentação de cargas pesadas (guincho agrícola), manejo e limpeza de áreas (roçadeira agrícola), manutenção de vias internas (plaina agrícola), preparo do solo (grade niveladora) e produção de alimento para os rebanhos, especialmente silagem (máquina picadeira ensiladeira).



A presente contratação encontra-se alinhada ao Planejamento Estratégico Institucional da UFCG, contribuindo para a melhoria da eficiência operacional da unidade. Ademais, beneficiará diretamente mais de 1.000 discentes de graduação e pós-graduação que utilizam o NUPEÁRIDO como espaço de formação prática e desenvolvimento científico, fortalecendo a qualificação profissional, a capacitação técnica e a produção de conhecimento.

Dessa forma, a aquisição proposta é necessária para garantir a continuidade, qualidade e expansão das atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas no âmbito do CSTR/UFCG.

2. Quantidade de serviço a ser contratada:

GRUP O	ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	CÓDIGO
GRUPO 1	01	01	Unid.	<b>Trator</b> Tipo: Agrícola Potência: 70 CV Tipo Combustível: Diesel Tipo Motor: 3 Cilindros Tração: 4x4 Tipo Sistema: Hidráulico Da Transmissão: 40 Litros Tipo Uso: Agrícola Características Adicionais: Turbo Intercooler Com Reserva De Torque De 25% Capacidade Tanque Combustível: 115 L  <b>Complementação da referência do trator:</b> cabine plataformada; transmissão sincronizada 9x3; distância entre eixos de 2,05 metros; comprimento total de 4,08 metros; raio de giro com freios de 4,30 metros; direção hidrostática; embreagem eletro-hidráulica; conectividade com telemetria inclusa de fábrica; garantia de 3 anos ou 2.000 horas.	637834
	02	01	Unid.	<b>Carreta</b> Material Carroceria: Chapa Em Aço Capacidade: 5 T Tipo: Basculante Hidráulico Comprimento: 4,30 M Largura: 2,10 M Altura: 2,10 M Uso: Agrícola Características Adicionais: 01 Eixo, Peso 870 Kg Tipo Pneu: 7,50 X 16 Quantidade Pneu: 4 UN	638112
	03	01	Unid.	<b>Roçadeira Agrícola</b> Largura Corte: 1,50 M Altura Corte: 5 A 20 CM Características Adicionais: Roda De Apoio Ferro Tipo Transmissão: Com Cardã Quantidade Facas: 2 UN Comprimento: 2.500 M Peso: 460 KG  <b>Complementação da referência da Roçadeira Agrícola:</b> largura total de 2,0 metros.	637862
	04	01	Unid.	<b>Plaina agrícola:</b> Aplicação: Trator De 70 Cv. Características Adicionais: Lâmina 2200 X 400 Mm, Autonivelante E Regulável	451005

			<b>Complementação da referência da Roçadeira Agrícola:</b> conjunto com concha agrícola; sistema dianteiro articulado; capacidade de carga de 1500 kg; altura de elevação de 3,80 metros; peso aproximado de 470 kg; largura da concha de 2,00 metros; volume da concha de 515 litros.	
05	01	Unid.	<b>Grade Aradora</b> Tipo Engate: De Arrasto Largura Arada: 1.550 A 1.850 MM Profundidade Sulco: 100 A 180 MM Sistema Transporte: Rodas/Acionadas Pistão Hidráulico Quantidade Disco: 14 Características Adicionais: Controle Remoto Potência Mínima Requerida Trator: 70 HP Espaçamento: 230 MM  <b>Complementação da referência da Grade Niveladora:</b> espessura dos discos de 6 mm.	637863

### 3. Previsão de data em que deve ser iniciada a prestação dos serviços:

Julho de 2026

### 4. Indicação do membro da equipe de planejamento e se necessário o responsável pela fiscalização:

Nome: João Nilton Lopes de Sousa  
SIAPE: 2975578

Nome: José Nerivaldo de Araújo Wanderley  
SIAPE: 1115108

João Nilton Lopes de Sousa  
Responsável pela Formalização da Demanda  
SIAPE: 2975578



Documento assinado eletronicamente por **JOAO NILTON LOPES DE SOUSA, VICE-DIRETOR(A) DE CENTRO**, em 18/05/2026, às 11:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ufcg.edu.br/autenticidade>, informando o código verificador **6463448** e o código CRC **9E137F67**.

# Relatório de pesquisa de preço

## Relatório Detalhado

Relatório emitido em 28/05/2026 09:28

### Informações básicas

Número da Pesquisa	UASG	Status	Editado por
11/2025	158199	Concluída	JORGE SOARES PINTO

Título: Aquisição de Trator e complementos agrícolas

Observações: Aquisição de Conjunto mecanizado agrícola composto por: Trator Agrícola; Carreta Basculante; Roçadeira Agrícola; Plaina Agrícola e Grade Niveladora. Solicita-se que a presente aquisição seja realizada mediante o agrupamento dos itens (trator e implementos) em lote único (grupo), em razão da interdependência funcional entre os equipamentos. Os implementos agrícolas demandam compatibilidade direta com as especificações técnicas do trator.

Total de itens cotados: 5                      Valor total da pesquisa de preços: R\$ 376.000,0000

### Itens cotados

#### Item: 1

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
637834 - Trator Tipo: Agrícola , Potência: 70 CV, Tipo Combustível: Diesel , Tipo Motor: 3 Cilindros: 2.9 L , Tração: 4x4 , Tipo Sistema: Hidráulico Da Transmissão: 40 Litros , Tipo Uso: Agrícola , Características Adicionais: Turbo Intercooler Com Reserva De Torque De 25% , Capacidade Tanque Combustível: 115	Unidade	1
Consolidação dos preços cotados		
Menor Preço	Média	● Mediana
R\$ 164.200,0000	R\$ 212.300,0000	R\$ 225.000,0000
Método de cálculo adotado: Mediana		
		Coefficiente de Variação: 13,3259%
		Desvio Padrão: 28.290,8112
		Maior Preço: R\$ 235.000,0000

Filtro Aplicado  
Período: 12 Meses

N°	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 164.200,0000	04/05/2026	Sim

Id da Compra	Comprado em	N° do Item	Objeto da Compra
92944807001142026	04/05/2026	1	aquisição dos tratores agrícolas possibilitará a ampliação e a melhoria da infraestrutura produtiva dos municípios beneficiados, atendendo, de forma coletiva, agricultores familiares e produtores rurais, especialmente no que se refere ao preparo do solo, corte de terra, plantio, tratos culturais, transporte de insumos e escoamento da produção. Ressalta-se que a aquisição individual de tratores pelos produtores rurais é economicamente inviável, razão pela qual os bens serão destinados ao uso co
Esfera	UASG	Nome UASG	Forma
Estadual	929448	SECRETARIA DA AGRIC.DA PECUÁRIA E DA PESCA /RN	SISPP
Fornecedor	Ni Fornecedor	Marca/modelo	Modalidade
CEQUIP IMPORTACAO E COM LTDA	07.327.166/0001-66	massey ferguson	Inexigibilidade
Índice e Valor	Ata	Editais	Compra
-	-	-	<a href="#">Acesse a compra</a>
Critério Julgamento Item			
Sem critério de julgamento			

Locais de Entrega

UF / Município	Logradouro	CEP	Quantidade
RN/Natal	Avenida Senador Salgado Filho s/n	59064901	30



N°	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
2	IV	VENEZA MAQUINAS COMERCIO LTDA - Fornecedor	1		R\$ 220.000,0000	19/05/2026	Sim

Identificação do Fornecedor	Marca/modelo	Endereço Eletrônico
15.652.882/0004-90	JOHN DEERE	<a href="https://www.venezamaquinas.com.br/">https://www.venezamaquinas.com.br/</a>
Data da Cotação	Hora da Cotação	Validade da Cotação
19/05/2026	9:36	19/08/2026
Contato	Informações Adicionais	
-	-	
Anexos		
-		

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
3	IV	ENEZA MAQUINAS MOSSORÓ - Fornecedor	1		R\$ 230.000,0000	25/05/2026	Sim
Identificação do Fornecedor		Marca/modelo	Endereço Eletrônico				
06.824.439/0003-87		JOHN DEERE	<a href="https://www.venezamaquinas.com.br/veneza-maquinas-mossoro">https://www.venezamaquinas.com.br/veneza-maquinas-mossoro</a>				
Data da Cotação		Hora da Cotação	Validade da Cotação				
25/05/2026		23:02	01/06/2026				
Contato		Informações Adicionais					
84 3064-0864		-					
Anexos							
-							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
4	IV	Cequip Importacao e Comercio Ltda - Fornecedor	1		R\$ 235.000,0000	28/05/2026	Sim
Identificação do Fornecedor		Marca/modelo	Endereço Eletrônico				
05.055.128/0005-08		MASSEY FERGUSON	<a href="http://www.cequip.com.br">www.cequip.com.br</a>				
Data da Cotação		Hora da Cotação	Validade da Cotação				
28/05/2026		9:10	30/06/2026				
Contato		Informações Adicionais					
-		-					
Anexos							
-							

Legenda:

-  Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
-  Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 2

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
638112 - Carreta Material Carroceria: Chapa Em Aço , Capacidade: 5 T, Tipo: Basculante Hidráulico , Comprimento: 4,30 M, Largura: 2,10 M, Altura: 2,10 M, Uso: Agrícola , Características Adicionais: 01 Eixo, Peso 870 Kg , Tipo Pneu: 7,50 X 16 , Quantidade Pneu: 4 U	Unidade	1
Consolidação dos preços cotados		
<b>Menor Preço</b>	<b>Média</b>	<b>Mediana</b>
R\$ 32.000,0000	R\$ 35.000,0000	R\$ 35.000,0000
Método de cálculo adotado: Mediana		
Coeficiente de Variação: 6,9985% Desvio Padrão: 2.449,4897 Maior Preço: R\$ 38.000,0000		


Filtro Aplicado  
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	IV	VENEZA MAQUINAS COMERCIO LTDA - Fornecedor	1		R\$ 32.000,0000	19/05/2026	Sim
Identificação do Fornecedor		Marca/modelo	Endereço Eletrônico				
15.652.882/0004-90		-	<a href="https://www.venezamaquinas.com.br/veneza-maquinas-bayeux">https://www.venezamaquinas.com.br/veneza-maquinas-bayeux</a>				
Data da Cotação		Hora da Cotação	Validade da Cotação				
19/05/2026		9:43	19/08/2026				
Contato		Informações Adicionais					
83 3232-1215		-					
Anexos							
-							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
2	IV	https://www.venezamaquinas.com.br /veneza-maquinas-mossoro - Fornecedor	1		R\$ 35.000,0000	25/05/2026	Sim
Identificação do Fornecedor		Marca/modelo	Endereço Eletrônico				
06.824.439/0003-87		-	<a href="https://www.venezamaquinas.com.br/veneza-maquinas-mossoro">https://www.venezamaquinas.com.br/veneza-maquinas-mossoro</a>				
Data da Cotação		Hora da Cotação	Validade da Cotação				
25/05/2026		23:06	01/06/2026				
Contato		Informações Adicionais					
-		-					
Anexos							
-							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
3	IV	Cequip Importacao e Comercio Ltda - Fornecedor	1		R\$ 38.000,0000	28/05/2026	Sim
Identificação do Fornecedor		Marca/modelo	Endereço Eletrônico				
05.055.128/0005-08		CBHM 5000, marca Cemag	<a href="http://www.cequip.com.br">www.cequip.com.br</a>				
Data da Cotação		Hora da Cotação	Validade da Cotação				
28/05/2026		9:13	30/06/2026				
Contato		Informações Adicionais					
-		-					
Anexos							
-							

Legenda:  
Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.

 Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 3

<p>Descrição do item</p> <p>637862 - Roçadeira Agrícola Largura Corte: 1,50 M, Altura Corte: 5 A 20 CM, Características Adicionais: Roda De Apoio Ferro , Tipo Transmissão: Com Cardã , Quantidade Facas: 2 UN, Comprimento: 2.500 MM, Peso: 460 K</p>	<p>Unidade de Fornecimento</p> <p>Unidade</p>	<p>Quantidade</p> <p>1</p>
<p>Consolidação dos preços cotados</p>		
<p>Menor Preço</p> <p>R\$ 15.000,0000</p> <p>Método de cálculo adotado: Mediana</p>	<p>Média</p> <p>R\$ 17.500,0000</p>	<p>● Mediana</p> <p>R\$ 18.000,0000</p>
<p>Coeficiente de Variação: 10,6904%</p> <p>Desvio Padrão: 1.870,8287</p> <p>Maior Preço: R\$ 19.500,0000</p>		

Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	IV	<a href="https://www.venezamaquinas.com.br/veneza-maquinas-bayeux">https://www.venezamaquinas.com.br/veneza-maquinas-bayeux</a> - Fornecedor	1		R\$ 15.000,0000	19/05/2026	Sim

Identificação do Fornecedor	Marca/modelo	Endereço Eletrônico
15.652.882/0004-90	-	<a href="https://www.venezamaquinas.com.br/veneza-maquinas-bayeux">https://www.venezamaquinas.com.br/veneza-maquinas-bayeux</a>
Data da Cotação	Hora da Cotação	Validade da Cotação
19/05/2026	9:50	19/08/2026
Contato	Informações Adicionais	
-	-	
Anexos		
-		

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
2	IV	<a href="https://www.venezamaquinas.com.br/veneza-maquinas-mossoro">https://www.venezamaquinas.com.br/veneza-maquinas-mossoro</a> - Fornecedor	1		R\$ 18.000,0000	25/05/2026	Sim

Identificação do Fornecedor	Marca/modelo	Endereço Eletrônico
06.824.439/0003-87	-	<a href="https://www.venezamaquinas.com.br/veneza-maquinas-mossoro">https://www.venezamaquinas.com.br/veneza-maquinas-mossoro</a>
Data da Cotação	Hora da Cotação	Validade da Cotação
25/05/2026	23:06	01/06/2026
Contato	Informações Adicionais	
-	-	
Anexos		
-		

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
3	IV	Cequip Importacao e Comercio Ltda - Fornecedor	1		R\$ 19.500,0000	28/05/2026	Sim

Identificação do Fornecedor	Marca/modelo	Endereço Eletrônico
05.055.128/0005-08	Baldan	<a href="http://www.cequip.com.br">www.cequip.com.br</a>
Data da Cotação	Hora da Cotação	Validade da Cotação
28/05/2026	9:14	30/06/2026
Contato	Informações Adicionais	
-	-	
Anexos		
-		

Legenda:

⚠ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.

i Compra ou item sofreu atualização após homologação.

### Item: 4

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
451005 - Peça / Componente Equipamento Agrícola Tipo: Plaina Agrícola Diãnteira , Aplicação: Trator De 70 Cv. , Características Adicionais: Lâmina 2200 X 400 Mm, Autonivelante E Regulavel	Unidade	1
Consolidação dos preços cotados		
Menor Preço	Média	Mediana
R\$ 50.000,0000	R\$ 55.000,0000	R\$ 55.000,0000
Método de cálculo adotado: Mediana		Coeficiente de Variação: 7,4227% Desvio Padrão: 4.082,4829 Maior Preço: R\$ 60.000,0000

Filtro Aplicado							
Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	IV	VENEZA MAQUINAS COMERCIO LTDA - Fornecedor	1		R\$ 50.000,0000	19/05/2026	Sim



Identificação do Fornecedor	Marca/modelo	Endereço Eletrônico
15.652.882/0004-90	-	<a href="https://www.venezamaquinas.com.br/veneza-maquinas-bayeux">https://www.venezamaquinas.com.br/veneza-maquinas-bayeux</a>
Data da Cotação	Hora da Cotação	Validade da Cotação
19/05/2026	9:56	19/08/2026
Contato	Informações Adicionais	
-	-	
Anexos		
-		



Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
2	IV	https://www.venezamaquinas.com.br /vенеza-maquinas-mossoro - Fornecedor	1		R\$ 55.000,0000	25/05/2026	Sim
Identificação do Fornecedor		Marca/modelo	Endereço Eletrônico				
06.824.439/0003-87		-	<a href="https://www.venezamaquinas.com.br/veneza-maquinas-mossoro">https://www.venezamaquinas.com.br/veneza-maquinas-mossoro</a>				
Data da Cotação		Hora da Cotação	Validade da Cotação				
25/05/2026		23:08	01/06/2026				
Contato		Informações Adicionais					
-		-					
Anexos							
-							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
3	IV	Cequip Importacao e Comercio Ltda - Fornecedor	1		R\$ 60.000,0000	28/05/2026	Sim
Identificação do Fornecedor		Marca/modelo	Endereço Eletrônico				
05.055.128/0005-08		Baldan	<a href="http://www.cequip.com.br">www.cequip.com.br</a>				
Data da Cotação		Hora da Cotação	Validade da Cotação				
28/05/2026		9:15	30/06/2026				
Contato		Informações Adicionais					
-		-					
Anexos							
-							

Legenda:  
- Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.

  Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 5

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
637863 - Grade Aradora Tipo Engate: De Arrasto , Largura Arada: 1.550 A 1.850 MM, Profundidade Sulco: 100 A 180 MM, Sistema Transporte: Rodas/Acionadas Pistão Hidráulico , Quantidade Disco: 14 , Características Adicionais: Controle Remoto , Potência Mínima Requerida Trator: 70 HP, Espaçamento: 230 M	Unidade	1
Consolidação dos preços cotados		
Menor Preço	Média	Mediana
R\$ 38.000,0000	R\$ 42.053,5000	R\$ 43.000,0000
Método de cálculo adotado: Mediana		
Coeficiente de Variação: 5,9318% Desvio Padrão: 2.494,5113 Maior Preço: R\$ 44.214,0000		

Filtro Aplicado  
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	IV	VENEZA MAQUINAS COMERCIO LTDA - Fornecedor	1		R\$ 38.000,0000	19/05/2026	Sim
Identificação do Fornecedor		Marca/modelo	Endereço Eletrônico				
15.652.882/0004-90		-	<a href="https://www.venezamaquinas.com.br/veneza-maquinas-bayeux">https://www.venezamaquinas.com.br/veneza-maquinas-bayeux</a>				
Data da Cotação		Hora da Cotação	Validade da Cotação				
19/05/2026		9:57	19/08/2026				
Contato		Informações Adicionais					
-		-					
Anexos							
-							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
2	IV	https://www.venezamaquinas.com.br /veneza-maquinas-mossoro - Fornecedor	1		R\$ 42.000,0000	25/05/2026	Sim
Identificação do Fornecedor		Marca/modelo	Endereço Eletrônico				
06.824.439/0003-87		-	<a href="https://www.venezamaquinas.com.br/veneza-maquinas-mossoro">https://www.venezamaquinas.com.br/veneza-maquinas-mossoro</a>				
Data da Cotação		Hora da Cotação	Validade da Cotação				
25/05/2026		23:08	01/06/2026				
Contato		Informações Adicionais					
-		-					
Anexos							
-							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
3	IV	PICCIN EQUIPAMENTOS - Fornecedor	1		R\$ 44.214,0000	21/05/2026	Sim
Identificação do Fornecedor		Marca/modelo	Endereço Eletrônico				
59.600.510/0001-42		Piccin	<a href="https://piccin.com.br/equipamentos">https://piccin.com.br/equipamentos</a>				
Data da Cotação		Hora da Cotação	Validade da Cotação				
21/05/2026		23:11	21/06/2026				
Contato		Informações Adicionais					
-		-					
Anexos							
-							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
4	IV	Cequip Importacao e Comercio Ltda - Fornecedor	1		R\$ 44.000,0000	28/05/2026	Sim

Identificação do Fornecedor	Marca/modelo	Endereço Eletrônico
05.055.128/0005-08	Baldan	<a href="http://www.cequip.com.br">www.cequip.com.br</a>
Data da Cotação	Hora da Cotação	Validade da Cotação
28/05/2026	9:17	30/06/2026
Contato	Informações Adicionais	
-	-	
Anexos		
-		

Legenda:

 Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.

 Compra ou item sofreu atualização após homologação.

## Nota Técnica

A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado na licitação para a aquisição de trator e complementos agrícolas apresentados neste documento levou em consideração os incisos I e o IV da INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 65, DE 7 DE JULHO DE 2021, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Conforme pesquisa, o mercado desses itens pode atender as necessidades da Instituição a um preço mediano de mercado.

Os potenciais fornecedores foram consultados a respeito dos itens, conforme apresenta esta pesquisa, de modo a fomentar a competição entre eles, com impacto imediato no melhor uso dos recursos públicos, evitando desperdícios de recursos nas aquisições públicas.

Memória de cálculo (Art.3º, inciso VII – IN SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021):

- Média: corresponde à soma dos valores das amostras que compõem a pesquisa, dividida pelo número de amostras que compõem a pesquisa.

- Mediana: medida de tendência central das amostras que compõem a pesquisa que corresponde ao valor central do conjunto de valores extraídos.

- Desvio Padrão: É a raiz quadrada da variância de X ou também conhecido como a raiz quadrada do valor médio entre  $(X-\mu)^2$ , onde  $\mu$  representa a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$D = \sqrt{\frac{\sum_{i=1}^n (x_i - \mu)^2}{n}}$$

- Coeficiente de variação: É uma medida de dispersão calculada entre a divisão do desvio padrão e a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$CV = \frac{D}{\mu}$$